OPINIÃO

A GESTÃO PÚBLICA PÓS-COVID-19

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



CRISES PROVOCAM saltos nas gestões pública, empresarial e privada. Historicamente, é verdade que houve mais guerras do que necessário, ou seja, o processo de aprendizado foi lento. Porém, os avanços extraordinários da comunicação no período pós-guerra tiveram como efeito a inclusão democrática de uma parcela crescente da população mundial. Notam-se os reflexos na formulação de demandas econômicas e sociais e, como consequência, nas tomadas de decisão nos níveis público e empresarial. Hoje, o cidadão, no seu papel de eleitor e consumidor, ocupa um espaço mais expressivo do que no passado na orientação estratégica e na escolha de ações específicas de governos e empresas.

Ao avanço tecnológico exponencial, somam-se dois fatores que acelerarão ainda mais as mudanças em todas as áreas das vidas pública, profissional e individual. Primeiro, a chegada da tecnologia 5G transformará de forma significativa a estrutura socioeconômica e o comportamento individual do cidadão. E, quase em velocidade igual, o novo coronavírus servirá como promotor de transformação da sociedade globalizada, nomeadamente na evolução de percepções, valores e comportamentos da população. A gestão da causa pública terá de buscar novas modelagens e ações para se aproximar de um equilíbrio dinâmico nesse 'mundo líquido'.

Onde o agronegócio se encaixa nesse cenário? Hoje, a população enxerga com mais clareza a prioridade absoluta do abastecimento contínuo e seguro. Também compreende melhor a posição ímpar que esse setor de comida, forragens, produtos florestais e bioenergia (os chamados 4 Fs) representa no quadro geral da economia do País.

Portanto, uma gestão pública moderna e flexível terá de sincronizar eixos para criar um equilíbrio entre a demanda e a procura pelos produtos das múltiplas cadeias produtivas que compõem o complexo universo agro.

Primeiro, é preciso observar o posicionamento relativo e o grau de competitividade dos principais segmentos dos 4 Fs em níveis nacional, estadual, regional e municipal, ou seja, o perfil da oferta. A seguir, é preciso criar cenários para a demanda estrutural da exportação no pós-crise, pois tal panorama será reforçado ou diminuído pela demanda nacional.

No próximo passo do modelo, temos que categorizar e caracterizar os produtos essenciais para o abastecimento da população. Cada atividade possui vantagens e problemas, ciclos e demandas normativas específicos. Os mapeamentos quantitativo, qualitativo e espacial classificam o risco da demanda, eventuais gargalos logísticos, necessidades de financiamento, manuseio e investimento, além de outras especificidades do cultivo, do armazenamento e do processamento. A soma de todos esses quadros compõe a plataforma para as tomadas de decisão estratégicas e pontuais.

Na fase final da programação, o cenário de demandas do setor rural precisa, ainda, ser alinhado às prioridades globais das outras políticas públicas do Estado, como saúde, educação e infraestrutura. Tudo isso é indispensável para construir uma nova realidade pós-crise, pois o agronegócio se consolidou como um setor tão essencial quanto ou complementar a setores como o da saúde. Não há saúde sem alimentação, e não há alimentos sem o funcionamento de todo o ecossistema do agronegócio. ■

"...o cenário de demandas do setor rural precisa, ainda, ser alinhado às prioridades globais das outras políticas públicas do Estado, como saúde, educação e infraestrutura."